

A autonomia passa pela industrialização

Muito pouco se fez no Distrito Federal durante todos esses anos em que a União repassou, integralmente, os custos de pessoal nas áreas de segurança, saúde e educação. Dentre as poucas medidas que efetivamente deixaram o papel e a retórica e efetivamente foram implantadas — ainda que timidamente — está o Proin (Programa de Industrialização do DF). Desde sua implantação, 152 novas indústrias foram beneficiadas com os incentivos — especialmente as que trabalham com produtos não-poluíntes e com alta tecnologia. Mas, apesar disso, o próprio secretário

de Indústria, Comércio e Turismo do DF, José Ezil Veiga, admite que o Proin “não deslanchou”. Para Ezil, o que impede um maior número de pedidos para novas empresas e as suas reais efetivações, com as máquinas funcionando a pleno vapor, é a crise econômica que o País enfrenta há dois anos. A opinião é compartilhada por Antônio Fábio Ribeiro, presidente da Federação das Indústrias do DF (Fibra) e um dos participantes do debate promovido pelo JBr. “Mas o problema não é só local, pois o parque industrial brasileiro só está utilizando 60% de sua capacidade”. A industrialização do DF gerou uma discussão à parte no debate, em que foi criticada a vocação natural da cidade em ter apenas serviços terciários e administrativos, relegando a segundo plano a atividade industrial, que gera mais recursos.

Consenso em torno do Proin

— **Jornal de Brasília** — Após a conquista da autonomia política é inevitável que o Distrito Federal busque a autonomia econômico-financeira. Uma das maneiras de se atingir essa autonomia é através de um programa de industrialização cujas bases estão sendo esboçadas. Na opinião dos senhores, como deve se dar esse programa industrial?

— **Antônio Fábio Ribeiro** — Atualmente, nós registramos uma baixa participação do setor empresarial na economia do Distrito Federal. Com os cortes nos repasses financeiros do Governo Federal, que certamente virão, a industrialização acaba sendo o único caminho para que possamos atingir o crescimento e o desenvolvimento da nossa região. Para que exista uma indústria é necessário um mercado e, hoje, um grande comprador é o governo. E preciso, portanto, que esse mercado seja colocado à disposição das empresas de pequeno porte, que constituem 98% da indústria do DF. Além disso, a nossa indústria incipiente precisa ampliar o seu mercado e para isso é necessário um desenvolvimento compatível com toda a região Centro-Oeste. O Governo do Distrito Federal pode contribuir colocando lotes econômicos para os empresários, que terão onde se instalar, ao invés e realizar licitações que só atendem aos grupos mais poderosos.

— **Nuri Andraus** — Quando o Programa de Industrialização (Proin) foi concebido era exatamente uma cópia de um projeto de Goiás — um empréstimo de 70% do ICM por um prazo de cinco anos e dois de carência. Quando o projeto foi implantado, Goiás aumentou o prazo de empréstimo e o DF dividiu a indústria em dois grupos: um de alta tecnologia, com o prazo de empréstimo de cinco anos e a chamada indústria convencional, onde o prazo foi reduzido para três anos. O Distrito Federal tem que competir com Goiás, que tem um incentivo de até 10 anos. Não há a menor possibilidade de se ter indústria aqui no Distrito Federal nesses termos. Se não superarmos essa questão nós não sairemos do lugar. Além disso, andamos no sentido de encolher as nossas vantagens tributárias. Nós não deveríamos estar surpresos com a decisão da União em promover os cortes. Nós somos negligentes: nem geramos empregos, nem geramos renda nova e nem economizamos nenhum tostão. Estamos surpresos por uma constatação que inevitavelmente aconteceria e desde 1986 sabíamos.

— **Eurides Brito** — A economia do Distrito Federal está centrada nas atividades terciárias — prestação de serviço, administração pública, comércio — porque, historicamente, é forte a presença do governo. A atividade industrial emprega apenas 13% da população economicamente ativa. É necessário, portanto, o fortalecimento do Proin e implementar o Mercado Comum do Entorno. Nós precisamos achar os meios para sair dos projetos. Existe um plano básico de industrialização do DF. O documento descreve todas as indústrias apropriadas para a região até as linhas de crédito existentes, como elas podem ser utilizadas, os critérios para a análise de projetos, os empréstimos — toda a política para esse setor. O documento, que se divide em duas partes, já está nas mãos não só de empresários de Brasília como de grupos econômicos em todo o País.

— **Maurício Corrêa** — Brasília não é uma cidade que goza da plenitude da sua independência financeira e nem tampouco da sua independência administrativa. Fize-

mos, portanto, a autonomia dentro desses limites. A nossa principal preocupação na época da campanha era sobre os aspectos geradores de riquezas para a auto manutenção do Distrito Federal, pelo menos num limite que não sobrecarregasse demais o Estado. Acha-mos que o pólo industrial deve se localizar numa área adequada. Nós estamos discutindo no Senado um projeto da Superintendência da Zona Franca de Manaus. Por que Brasília também não tem um programa específico, em que daqui se irradiasse, por exemplo, um pólo de distribuição de insumos agrícolas, em que esse setor aqui tivesse algum benefício? Nós temos jovens empresários altamente qualificados, nós temos experiências maravilhosas nessa área.

— **Carlos Alberto Torres** — Primeiro, nós precisamos entender o que significa aumentar a produção e a renda no Distrito Federal. Eu compreendo como autonomia financeira a diminuição da porcentagem no orçamento global das transferências da União para o DF, sem que isso signifique a diminuição do valor real desses repasses. Até penso que as transferências correspondem ao necessário, indispensável e justo pagamento ao Distrito Federal dos serviços que a cidade, sua população, presta à União. Brasília tem que ser um espaço modelar, vitrine para o País e do País. Para que nós possamos chegar a essa autonomia econômico-financeira temos que ter um projeto para a cidade: o mercado precisa ter regras e o Estado ter um papel indutor do desenvolvimento e só poderá ser regulado pela cidadania. Brasília tem que se transformar num pólo científico, tecnológico e cultural.

— **Wigberto Tartuce** — Eu me preocupo muito quando as pessoas pedem para que seja feito um estudo profundo, amplo, da questão da industrialização. Nós temos que fazer um estudo imediato, correndo. Precisamos implantar um segmento industrial imediatamente. Brasília é uma cidade caríssima e nós não podemos dividir o Distrito Federal da região simplesmente através de uma linha imaginária. Ao redor de Brasília existem cidades que se transformaram em dormitórios e os habitantes dessas áreas precisam de um mínimo de dignidade para subsistir.

— **Sigmaringa Seixas** — Eu acho que essa questão da industrialização está associada a outros fatores. É importante que se discuta a industrialização como necessidade de aumento da receita para buscar a nossa real capacidade financeira. Mas é importante que se faça junto com a industrialização da região do Entorno, como forma de evitar ou estancar esse fluxo migratório cada vez mais crescente. Talvez uma saída seja a implantação de projetos agro-industriais nessa região.

— **José Roberto Arruda** — O governador Joaquim Roriz logo que tomou conhecimento dos cortes nos repasses da União para as áreas de Educação e Saúde iniciou entendimentos políticos para demonstrar que o crescimento de Brasília não obedeceu sua concepção original e que a tentativa de buscar um modelo de desenvolvimento integrado leva tempo para dar resultados fiscais e tributários. Um corte de 10% para as duas áreas a partir do próximo ano representa quase 20% do valor da arrecadação do DF e um aumento da receita nesse índice é muito difícil de ocorrer de forma imediata. Brasília ao invés de ter se tornado um pólo de desenvolvimento do Centro-Oeste virou o oásis de uma região economicamente pobre.



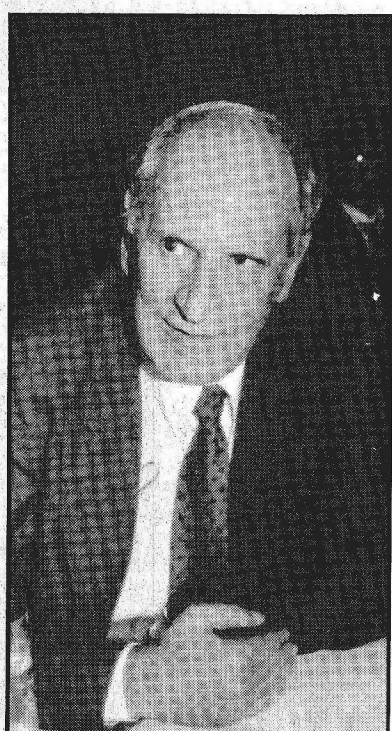
José Roberto Arruda — Chefe do Gabinete Civil do GDF, engenheiro e administrador, ex-secretário do Planejamento do Ministério da Saúde. Foi um dos coordenadores da campanha política de Joaquim Roriz, atuando na coordenação de informática. É um dos autores do atual Plano de Governo.

“O GDF entende que não pode ficar de fora, num momento em que todos os estados brasileiros estão dando sua cota de sacrifício para contribuir na solução da crise econômica. Contudo, é necessário discutir qual a cota destinada a Brasília, que por suas peculiaridades de cidade-estado, além de capital federal, depende desses repasses da União”.



Eurides Brito — Deputada Federal pelo PTR, é líder do Partido na Câmara. Doutora em Educação, foi diretora do Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e secretária de Educação e Cultura do DF.

“Para as pessoas que acompanham a situação do DF, o corte nos repasses já eram esperados. Legalmente não há nenhuma transgressão. Não há lei que obrigue a União a transferir recursos para saúde e educação. Operacionalmente, a medida foi muito abrupta. O prazo para início dos cortes é muito pequeno para que o DF consiga se aparelhar e saia de uma situação de dependência para a independência.”



Maurício Corrêa — Senador pelo PDT, eleito nas primeiras eleições diretas em Brasília, líder do Partido no Senado, foi um dos defensores da autonomia política do Distrito Federal. Advogado, presidiu a Ordem dos Advogados do Brasil.

“Eu desenvolvi o melhor dos meus esforços no sentido de associar-me a essa preocupação, que é de todos os moradores da cidade, para que seja mantida a tradição do repasse das verbas. Eu estou disposto a colaborar para que realmente Brasília não sofra as consequências desse corte. Associe-me a preocupação generalizada no sentido de que o Presidente reveja a sua posição e dê continuidade aos repasses.”



Carlos Alberto Torres — Deputado distrital pelo PCB, engenheiro eletrônico, professor da UnB, integrante da Comissão Executiva Nacional do PCB, relator da Comissão da Ordem Econômica da Lei Orgânica do DF.

“É necessário montar uma estratégia de desenvolvimento que deverá estar consubstanciada no plano de desenvolvimento sócio-econômico do Distrito Federal e essa estratégia tem como visão básica fazer de Brasília um pólo de desenvolvimento científico, tecnológico e cultural. Para isso, Brasília tem potencialidades, tem recursos humanos, além de constituir o centro de decisão do País.”



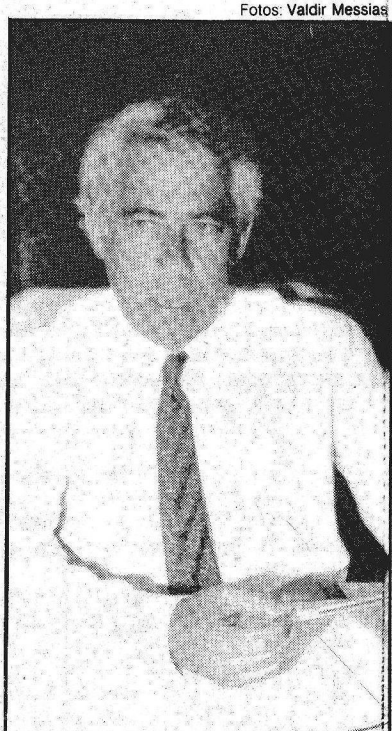
Antônio Fábio Ribeiro — Presidente da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra), empresário da construção civil, dirigente do Sesi/Senai e presidente do Conselho Deliberativo do Cebrae.

“Brasília não tem condições de ver cortada abruptamente esses repasses. Não é sem razão que existe essa transferência, pois Brasília abriga os três poderes da República, além das representações diplomáticas. O único caminho para se obter recursos que possam substituir os cortes é a industrialização. Para isso, é necessário um plano de desenvolvimento do DF e do Entorno, além do Centro-Oeste como um todo.”



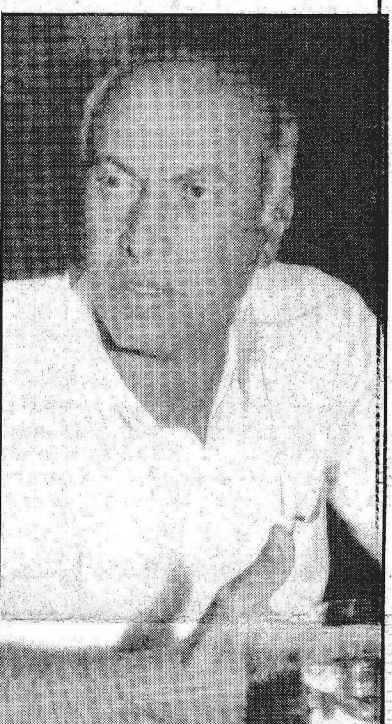
Wigberto Tartuce — Empresário das áreas de comunicação e construção civil, presidente da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi). Também é industrial do ramo de aeromodelismo.

“Os cortes nas transferências da União representam uma preocupação tanto das autoridades locais como dos empresários. Originalmente, o DF foi concebido com os recursos para a saúde e educação sendo repassados pelo Governo Federal. Brasília hospeda as embaixadas e o Congresso, por isso precisa de uma polícia com características diferenciadas. A preocupação de todos é conseguir formas de aumentar a arrecadação do DF para fazer frente aos cortes.”



Sigmaringa Seixas — Deputado federal pelo PSDB, advogado ligado às questões dos direitos humanos, tendo, em várias ocasiões, atuado na defesa de presos políticos, foi conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil.

“De qualquer maneira, desde que atingimos a autonomia política, achávamos que esses cortes no repasse de recursos financeiros da União para as áreas de educação e saúde do DF viriam. Diferentemente das outras unidades da federação, Brasília possui algumas peculiaridades. Atualmente, estados limítrofes e de lugares mais longínquos.”



Nuri Andraus Gassani — Engenheiro e empresário, presidente da Associação Comercial de Brasília desde 87, também preside a Federação das Associações Comerciais do DF e é vice-presidente do Conselho Nacional de Associações Comerciais.

“Em 86, o secretário de Finanças pediu para reduzir o prazo de recolhimento do ICMS, porque não havia mais dinheiro para fechar o ano. Nós concordamos desde que o GDF se compromettesse a aumentar a arrecadação e diminuir as despesas, pois já sabíamos que coisas desagradáveis iriam acontecer. Esse é o projeto de cidadania do DF. Enquanto não fizermos isso, estaremos sendo pagos para não falarmos muito.”

Fotos: Valdir Messias